

III ENECULT

TERCEIRO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Trabalho apresentado no III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CULTURA BAIANA EM EXPOSIÇÃO: JOSÉ ANTONIO DO PRADO VALADARES 'UM HOMEM DE MUSEU'

Suely Moraes Ceravolo¹

Resumo: No Brasil os museus e coleções de museus vem sendo estudados sob os mais diversos ângulos como o da História, História das Ciências, Comunicação, Arte, Semiótica, entre outros, fazendo-nos revisitar o passado ou analisando o presente, de forma que se compreenda melhor o estado atual dos museus. O OBSERVATÓRIO DA MUSEOLOGIA BAIANA (Departamento de Museologia/FFCH/UFBA/CNPq) visa atuar em focos de pesquisa com vistas a identificar, coletar, registrar e analisar fontes documentais referentes à Museologia regional e seus personagens, cujos relatos se encontram dispersos. É nesse quadro que se insere a pesquisa sobre José Antonio do Prado Valadares – “um homem de museu”, como se auto-denominou -, o único brasileiro a participar da Comissão Editorial da revista *Museum* (Unesco) cujo primeiro número foi editado em 1948. Considerado por Rodrigo M. F. de Andrade, o então regente do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e de Arte Nacional) como um raro perito “em matéria de museologia e de história da arte” ele é um dos exemplos a ser pesquisado para responder à pergunta: que peso afinal os museus tiveram para a cultura baiana?

Palavras-chave: Cultura Baiana, Museus, Museologia.

O estudo sobre museus, coleções ou gestores de museu tornou-se um veio forte da História Cultural, em especial a partir da década de 80 e 90 do século XX como aponta Peter Burke (2005); poderíamos acrescentar que também o são para a História das Ciências. No Brasil destacam-se estudos dos museus como *loci* da produção de ciências, palcos de cenarização da história, meio de apresentação de ideologias interventoras na Cultura, e as coleções de museus como elemento visível de relações semióticas plenas de significados. Além disso, vem também se desenvolvendo inúmeros estudos sobre público de museus no país.

¹ Profa.Dra, Departamento de Museologia; FFCH/UFBA.

Dentre a tipologia de museus, os de história, passam por escrutínio analisando questões sobre identidade nacional, regional, ou o emprego de objetos reforçando estereótipos. Em alguns deles houve verdadeiros programas iconográficos criando ambientes e decorações que determinaram perspectivas da nossa História caso, por exemplo, do Museu Paulista (USP) e o programa decorativo de Affonso d'Escragnoille Taunay. Outro exemplo a citar é o Museu Nacional, Rio de Janeiro, sob a gestão de Gustavo Barroso.

Um outro viés de pesquisas abarcando a preservação do patrimônio cultural advém de estudos sobre os próprios órgãos estaduais ou federais, com análises demonstrativas da fragilidade de suas estruturas administrativas, da ambigüidade de suas propostas, ou sobre os problemas e resistências que enfrentaram; um caso a citar é o de Mario de Andrade, frente ao Departamento de Cultura em São Paulo².

Teses recentes revêem o papel dos museus e sua relação com a cultura como o estudo sobre usos das coleções, museus e identidades na Bahia e Pernambuco nos anos 50³, ou sobre a gestão, conceito de criação, programa e função de museus municipais formando uma rede de Museus Históricos e Pedagógicos no Estado de São Paulo entre 1950 a 1970⁴ ou, ainda, a relação entre ciência e museus no XIX⁵. Nesse mesmo veio temático deve-se citar a pesquisa marco para a história dos museus e das ciências no Brasil; trata-se do trabalho de Maria Margaret Lopes publicado em 1997, comprovando que determinados museus no Brasil foram de fato o lugar de produção de ciências naturais no XIX⁶.

A rota de investigação sobre exposições se desdobra. Heloisa Barbuy nos dá um exemplo analisando a exposição universal de 1889, como elemento de pedagogia social em prol do progresso industrial, técnico e científico. Sua análise, com aporte da História Social, foca a visualidade como fenômeno datado e a museografia dos pavilhões como novo modo de expor que vai influenciar a mostra em museus. Ainda dessa autora cita-se a pesquisa sobre o comércio e cosmopolitismo de São Paulo na qual, um aspecto revisto foram os modos de expor produtos comerciais, criando um novo vitrinismo, que deixa

² Em *Esculpindo a cultura na forma Brasil. O departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)* de Patrícia Tavares Raffaini (SP:Humanitas/EDUSP.2001.143p); e o trabalho de Marly Rodrigues **Imagens do passado**. A instituição do patrimônio em São Paulo. 1969-1987. São Paulo : Editora Unesp.179p.

³ VIANA, Helder do Nascimento. **Os usos do popular** coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950.SP:FFLCH/USP, 2002, 183p.

⁴MISAN, Simona. **A implantação dos museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo, 1956-1973**. SP:FFLCH/USP, 2005, 274p).

⁵ ALENCAR, A. M. A. **Redutos da ciência na “era dos museus”**: Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil. SP:FFLCH/USP, 2004, 211p.

⁶ LOPES, Maria Margaret (1997) **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo : Ed. HICITEC. 369p.

de ser um mero detalhe para se encaixar nas propostas de modernização da cidade com reverberações nos modos de expor nos museus locais⁷. Marcelo Nascimento Cunha⁸, com aporte da História Social, investigou questões relacionadas à presença de matrizes culturais africanas e de referenciais simbólicos que sustentam embates em torno da diversidade cultural do patrimônio brasileiro, analisando processos de construções ideológicas no Brasil e Europa, tomando como exemplo Portugal e sua proposta colonial imperialista e exposições nas cidades de Salvador-BA e Recife-PE, em Lisboa, Paris e Tervuren, onde identificou formas de construção de discursos sobre culturas africanas e suas inserções no ocidente⁹. Maria Xavier Cury opta pelo viés da Comunicação, e propõe, a partir de teorias da recepção, métodos para o estudo de públicos de museu dentro da comunicação museológica¹⁰.

Sobre estudos de coleções há também um rol de autores e trabalhos; cita-se a recente pesquisa de Simone Trindade V. da Silva (EBA/UFBA) e a análise da construção de sentido das pincas de balangandãs do acervo do Museu Costa Pinto¹¹.

Não é momento, entretanto, para se apresentar um roteiro bibliográfico. As citações acima nos servem como exemplos, nos apontam tendências ou um panorama das investigações, rotas em desenvolvimento e possibilidades. Há uma lista crescente de artigos e outras publicações que parecem revolver o tema, fazendo-nos revisitar o passado ou, então, analisando o presente, de forma que se compreenda melhor o estado atual dos museus, o que se tem feito em razão da defesa – que indica luta –, pelo patrimônio cultural no mais amplo sentido.

O OBSERVATÓRIO DA MUSEOLOGIA BAIANA (OMB/UFBA/CNPq) visa atuar nesses focos de pesquisa com vistas a identificar, coletar, registrar e analisar fontes documentais referentes à Museologia regional e seus personagens, cujos relatos se encontram dispersos, de modo a recompor fatos e construir sua escrita. Trata-se de um trabalho inédito na Bahia com algumas perspectivas em andamento; uma delas a

⁷ BARBUY, Heloisa (1999) **A exposição universal de 1889 em Paris**. São Paulo : Edições Loyola. p. 155; e **Cidade-exposição. Comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914)**. 2006, SP:EDUSP, 2006..285p.

⁸ CUNHA, Marcelo (2006) **Teatro de Memórias, Palco de Esquecimentos: Culturas Africanas e das Diásporas Negras em Exposições**. Programa de estudos Pós-graduados em História da PUC/SP.

⁹ CUNHA, Marcelo (2006)

¹⁰ CURY, M. Xavier (2005) **Comunicação museológica: uma perspectiva teoria e metodológica de recepção**. Tese. ECA/USP. 350p.

¹¹ SILVA, Simone Trindade V. da. **Referencialidade e representação: um resgate do modo de construção de sentido nas pincas de balangandãs a partir da coleção Museu Carlos Costa Pinto**. 2005. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – EBA/UFBA. 230p.

gestão de José Antonio do Prado Valadares no Museu do Estado da Bahia entre 1930 a 1959.

José Antônio do Prado Valadares – “um homem de museu”

José Antonio do Prado Valadares com apenas 22 anos foi indicado para a direção do Museu do Estado, cargo que ocupou até sua morte em 1959. Em 1943 recebeu o apoio do governo do Estado e a Faculdade de Filosofia para que, com uma bolsa da Fundação Rockfeller, realizasse cursos e estágios em museus norte-americanos e sul-americanos. Em 1946, publicou em Salvador “Museus para o Povo. Um estudo sobre museus americanos” – numa época em que há raras publicações técnicas no Brasil e no qual relata a experiência vivida nos Estados Unidos, com comentários bastante centrados na função educativa. Nesse livro explica os programas oferecidos, o tratamento dado às coleções, os tipos de exposições, o trabalho dos funcionários e, no que diz respeito ao cotidiano, narra atividades do planejamento às etiquetas e catálogos.

Ele foi o único brasileiro a participar da Comissão Editorial da revista *Museum* (Unesco) assim que passa a ser editada em 1948. Compareceu e participou em meados dos anos 50 de encontros sobre museus em Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais, o ponto forte de discussão, foi a questão da educação nessas instituições.

Ao lado de sua atuação como docente na cadeira de Estética na Faculdade de Filosofia da Bahia, escreveu mais de duzentas crônicas sobre arte e os novos artistas plásticos baianos, caso de Mario Cravo, que o chama afetuosamente de “Zezinho” e o tem como um dos personagens que participou de maneira construtiva de Salvador, durante o surgimento de sua geração de artistas¹².

Dentre seus escritos há os que tratam de cultura material como “Torço da bahiana” publicado em 1952 (Salvador: K. Paulo Hebeisen. 16p. il), e “Os azulejos da Reitoria”, editado postumamente em 1982 pela UFBa (89p.il.).

Um “ótimo trabalho técnico” são as palavras empregadas por Francisco Marques dos Santos para apresentar “A galeria Abbott: Primeira Pinacoteca da Bahia”¹³ que foi, no primeiro momento, uma monografia para o I Congresso de História da Bahia em março de 1949. Entenda-se por ‘técnico’ a re-classificação da coleção de Jonathas Abbott que J. A. P. Valladares executa por sobre um catálogo anterior datado de 1871. O relator Francisco M. dos Santos ressalta que “esse trabalho se achava por fazer”, e a

¹² CRAVO, Mario (2001) *José Antônio do Prado Valadares. Lembrança do crítico e museólogo*. In **O desafio da escultura**. Salvador : Omar G.:121.

¹³ Publicação do Museu do Estado, no.12; Secretaria de Educação – Bahia-Brasil, 1951; ilustrado.

importância das “78 indicações bibliográficas” por ele apresentadas. Foi em razão da qualidade de seu trabalho que sua monografia foi aprovada com recomendação para a publicação; um trabalho “moldado no mais exato e minucioso critério da moderna classificação, que, sem dúvida servirá de paradigma aos futuros catálogos de nossos museus” (SANTOS, 1951:10). Uma afirmação corroborada por Sylvania Menezes de Athayde, diretora do Museu de Arte da Bahia, que nos informou que as fichas de classificação de J.A.P. Valadares são preciosos material de pesquisa até hoje.

Ele escreveu mais de duzentas crônicas sobre arte e artistas em jornais da Bahia, parte das quais editadas em 1951 sob o título “Dominicais: relação de crônicas de arte 1948/1950”, e outra parte em “Artes maiores e menores: seleção de crônicas de arte 1951/1956”¹⁴.

Também é de sua autoria o “Bêabá da Bahia” (1951)¹⁵ um guia turístico dedicado aos irmãos Clarival, Francisco-Miguel, Mariano e Raimundo, e ilustrado por Carlos Thiré. Em sua Nota Final esclarece que, optou por um trabalho despretensioso, com o objetivo de levar o possível leitor a apreender os encantos e riquezas da cidade do Salvador – pela Bahia, melhor dizendo -, e pede “tolerância para com suas tradições e contradições”. É enfático ao explicar sua posição sobre a necessidade desta cidade não se submeter às malhas do turismo. Vejamos suas palavras:

“ (...) não sinto a menor simpatia pela preocupação de muitos baianos com o turismo. Que a cidade da Bahia seja rica de atrativos turísticos – ninguém poderá contestar. Mas será uma tristeza no dia em que, ao invés de pensarmos em nossas coisas, à nossa maneira e de acordo com nossas convicções, nos pusermos a pensar no conforto, curiosidade, gosto e caprichos do turista. Não será dessa forma que a Bahia progredirá. Sejam cordiais com os que nos dão a honra de sua visita; mas não sejam subservientes” (op.cit.:132-133).

Seu carinho por sua terra natal é declarado; dela diz “(...) minha cidade natal, que sei amar de todo coração (...)” (idem:132). No linguajar simples a que se propõe a apresentar a cidade do Salvador vai nos conduzindo, mas recomenda logo no início que se escreva Bahia com “h”, caso contrário é “falta de respeito”. Explica que quem nasce em Salvador “capital do estado da Bahia, jamais será salvatorenses: há quem chame baiano da gema” (op.cit.:18); J. A. P. Valladares um deles.

A Bahia que ama é cheia de particularidades. Vale citar algumas caso da distinção entre uma e outra estação do ano segundo o povo:

¹⁴ VALLADARES, J. (1951) **Dominicais**: relação de crônicas de arte - 1948/1950. 202p. il; e VALLADARES, J. (1957) **Artes maiores e menores**: seleção de crônicas de arte 1951/1956. 176p. il.

¹⁵ VALLADARES, José (1951) **Bêabá da Bahia**. Guia turístico. Brasil; Bahia; Salvador: Livraria Turista Editora. 154p. il. Uma outra obra sua a respeito do patrimônio arquitetônico é **Homenagem à Bahia antiga**. Construtora Norberto Odebrecht S. A. 1959-1960. Fundação Gonçalo Muniz. 1959. 62p. il.

“(…) as chuvas do caju, em Janeiro; as de São José, no meiado de Março, que também é o mês das grandes marés; o veranico de Maio; as chuvas de São Pedro, no fim de Junho; as ventanias de Agosto; as trovoadas de Novembro. O mês mais quente costuma ser o de Janeiro. Mais frio, Junho. Os mais agradáveis, Abril, Maio, Setembro e Outubro” (idem:19).

Apresenta um panorama sintético da história e depois indica percursos para “o visitante apressado” com a seguinte recomendação: “Peça que o levem até a praça Municipal. Aí chegando, de costas para o mar, ponha a mão no peito, concentre-se e medite: - aqui começou o Brasil a ser um país organizado” (idem:39).

No trecho “Artes e Letras na Bahia” fala das igrejas e afirma “A Bahia nunca teve 365 igrejas” (idem:49); menciona os conventos, os palácios e solares, comenta aspectos da arquitetura moderna, da escultura, da pintura, ourivesaria e artes menores, música, poesia e escritores. Na sua “Bahia Pitoresca” vêm, em primeiro lugar, uma explicação sobre o preconceito de cor; aqui que existe o “branco da Bahia”, e continua “expressão empregada por um sociólogo que faz a vida em São Paulo, para indicar sua dificuldade na classificação de nossos tipos” (idem:91). Depois os candomblés, a culinária, os mercados e feiras, a pesca do xaréu, a capoeira e as festas populares¹⁶. Ainda diz sobre os estrangeiros, a educação e ciência e chega aos museus:

“A Bahia já tem antiguidade bastante para possuir um grande museu, um museu que correspondesse à grandiosidade e riqueza de seus templos, solares e palácios. Infelizmente não possui, nem parece que vá possuir tão cedo.” (idem:116)

E ele era o Diretor do Museu do Estado e conhecia seu *metier*. Como dissemos acima está em fase de levantamento, registro e análise a documentação que se encontra disponível no Museu de Arte da Bahia sobre J. A. P. Valadares. Parte desse material diz respeito a 14 anos de correspondência entre ele e Rodrigo Mello Franco de Andrade, então o Diretor do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), instalado no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. Dessa correspondência pode-se adiantar que foi uma troca assídua, nem tanto pela sua longevidade, mas pela constância; algo em torno de 2 a 3 cartas ao mês.

¹⁶ Ainda fazem parte desta publicação indicações sobre bibliotecas, jornais, missas e procissões, jardins e dique, clubes recreativos e cabarets, esportes, bares e confeitarias, cinema e teatro, hospitais, telefones e energia elétrica, transportes, antiquários e uma nota final. Nos apêndices: os titulares do governo da Bahia no período da Colônia, Império, República; a relação das principais ruas antigas com a nomenclatura de 1951, e o “Beabá bibliográfico”. Ao final se tem o “Mapa Pitoresco e resumido da cidade da Bahia em 1950”.

No trabalho com cartas e correspondências, como relevam Maria Margaret Lopes e Silvia Fernanda de Mendonça Figuerôa “embora tenham uma massa de fatos e detalhes de valor inestimável para o historiador que procura reconstituir a complexidade dos eventos e das situações, elas também tinham em si funções positivas, complexas e mutáveis cujo mapeamento é vital para nossa compreensão do meio que as gerou e seu lugar nesse meio” (OUTRAM *apud* LOPES & FIGUERÔA; 2002-2003:24). É possível que as cartas tragam fatos não revelados, ou mesmo expurgados.

Na sistematização em curso captam-se alguns desabafos por parte de J. A. P. Valadares que nos permitem vislumbrar a verdadeira luta que teve frente ao Museu do Estado que organizou. Sylvia Meneses de Athayde, explica no Prefácio do “O Museu de Arte da Bahia”, publicado em 1997 pelo Banco Safra, que em 1931 havia um museu que funcionava anexo ao Arquivo Público. Naquele ano o anexo foi desvinculado e se torna instituição autônoma, com sede própria e acervo exposto. Ocupa, num primeiro momento, o Solar Pacífico Pereira, no Campo Grande que dá lugar depois ao Teatro Castro Alves. Ela explica também que o prof. Isaiás Alves, então Secretário de Educação e Saúde, imprime a orientação que terá esse museu “no seu verdadeiro sentido: órgão vivo de educação popular, centro de estudos históricos e etnográficos, onde se dispusesse de abundante material sob a formação política, social e cultural da Bahia” (op.cit.:5). Em 1946 foi transferido para o Palacete Góes Calmon, mas desde 1939 J. A. P. Valadares assume a direção do Museu - assim sempre grafado -, como Inspetor de Museus e Monumentos. Na avaliação de S.M. de Athayde a ele se deve “o trabalho rigoroso e sistemático de catalogação das peças do museu, além da afirmação nos seus vários escritos, das funções básicas de um museu, do seu papel educativo (..) como instrumento de cultura voltado dinamicamente para o povo” (idem *ibidem*).

É bem provável que, como homem preparado pelos estágios que realizou, e intelectual tenha sido ‘o povo’ sua maior intenção e investimento nas suas ações. Mas, ao que tudo indica, o cotidiano era outro. São evidentes as dificuldades e contradições entre aquilo que esperava e o que pode ser realizado, ilustradas aqui e ali em passagens nas suas correspondências datilografadas para Rodrigo M. F. de Andrade como a de 19 junho 1945 em que ele informa sobre as instalações no Palacete Góes Calmon - “[estive] estudando as dificuldades de arrumação justamente com Valença. Como o senhor sabe, o Palacete é um caso clínico muito sério e eu não sei como evitar que o visitante menos avisado vá pensar que aqueles cômodos são o autêntico colonial. (...)”

Rodrigo M. F. de Andrade responde em 26 de junho felicitando-o pela quase conclusão das obras de instalação do Museu nesse palacete, e diz: – “Você tem razão de receiar que os visitantes sejam induzidos em lamentável equívoco diante das simulações de colonial que o palacete abriga. Por isso desaconselhei muito a compra do imóvel juntamente com a coleção. Uma vez, porém, que se fez a aquisição e que houve necessidade de transferir para ali o estabelecimento, você terá de suportar os inconvenientes aludidos, pelo menos durante algum tempo. Convirá, entretanto, insistir sempre pela mudança do Museu para prédio mais adequado si não para a velha fortaleza alvitrada pelo Interventor, para qualquer outra casa adequada e sem o defeito grave da nova sede”.

Em 16 de agosto de 1946, Rodrigo J. F. de Andrade em carta para Ciro dos Anjos a quem recorre para tentar ajudar a J. A. P. Valadares com os problemas de funcionário do Estado e também problemas de salário, assim apresenta o museólogo: – “Trata-se de um moço de talento notável e de grande cultura, que se pode considerar dos raríssimos peritos com que conta o país em matéria de museologia e de história da arte. Fez estudos sérios sobre as matérias de sua especialidade durante um estágio de um ano nos Estados Unidos, graças a uma bolsa de estudos que lhe concedeu a Fundação Rockefeller. Tem prestado relevantes serviços na direção do Museu do Estado da Bahia, que ele acaba de reorganizar de acordo com a técnica mais moderna e com o gosto mais apurado. Além disso, elaborou o valioso estudo intitulado Museus para o povo e o Guia do visitante daquele museu baiano, trabalhos ambos publicados recentemente (...)” (grifos do autor).

Em 19 de agosto desse mesmo ano J. A. P. Valadares agradece as atenções pessoais que Rodrigo lhe dispensou durante sua estadia no Rio de Janeiro, e depois de comentar vários assuntos escreve – “Aqui na Casa Calmon, encontrei tudo em ordem, graças ao desvelo de funcionários excepcionalmente dedicados. O número de visitantes, continua o mesmo – uma média de dez por dia, como era de esperar do local contra-mão”.

Passagens como essas sugerem, como dissemos acima, um panorama das dificuldades, o reconhecimento de sua competência como museólogo, mas ao mesmo tempo nos deixam uma série de interrogações sobre o que pensar da cultura, ou ‘cultura exposta’ via museus na Bahia, naquele período quando a cidade contava com uma população, incluindo a zona rural, de “cerca de 425.000 habitantes”, segundo o próprio J. A. P. Valadares em seu guia-turístico (p.19).

Que peso afinal tiveram para a cultura baiana as cinco instituições que nosso ‘homem de museu’ apresenta ainda no seu guia: o Museu do Estado, Museu do Instituto Histórico, Museu de Arte Sacra, Museu do Instituto Feminino da Bahia e Museu do Instituto Nina Rodrigues, numa lista que sete anos depois (1958) se vê acrescida, por F. Trigueiros em ‘Museu e Educação’ de 1958, do Museu de Arte Popular Instituto Feminino da Bahia e Museu da Casa dos Sete Candeeiros?

Essa e outras histórias intimamente relacionadas à Cultura e ao perfil cultural nacional e regional devem ser revistas e recontadas. Elas são muitas, múltiplas, diversas, paralelas, variáveis e, ao mesmo tempo, particulares e específicas.

Com algum trânsito entre instâncias políticas e administrativas – Rodrigo M. F. de Andrade no Rio de Janeiro, e Godofredo Filho aqui em Salvador, o representante baiano do SPHAN -, não poderíamos ajustar a atividade de J. A. P. Valadares num panorama institucional de período (anos 30 e 40), em que intelectuais brasileiros se apoiavam numa verdadeira rede de relações para ter voz, e alguma ação, em nome daquela modernidade que como diz Marly Rodrigues “fazia parte apenas do horizonte das elites políticas e intelectuais”? (RODRIGUES, 2000:17). Ou posto de outro modo, não seria ele também partícipe dentre aqueles que tinham como objetivo definir modelos ou delinear o que era mais representativo para o país?

A Bahia – com ‘h’ – para não se faltar ao respeito, vem de há muito dando contribuições singulares para a cultura brasileira. Porque não analisar os museus e os indivíduos baianos que os moveram?

Referências bibliográficas

- BURKE, P. (2005) **O que é história cultural?** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed..191p.
- LOPES, M. M; FIGUERÔA, S. F. M. *A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering (1850-1930)*. **Anais do Museu Paulista**. N. Ser., vol.10/11, 2002-2003:23-35.
- RODRIGUES, Marly (2000) **Imagens do passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado/Condephaat/FAPESP. 179p.
- SANTOS, Francisco Marques dos. *Parecer*. In **Galeria Abott**. José Valladares. Bahia-Brasil : Museu do Estado/ Secretaria de Educação, no.12, 1951:9-10.
- TRIGUEIROS, F. Santos (1958) *Museu e Educação*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti – Editores. 98p